COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIA

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2013

(Do Senhor Deputado Zequinha Marinho)

Solicita realização de Audiência Pública a ser realizada na cidade de Belém para debater a situação de pobreza e miséria, apontada pelo IDH, a que estão submetidos os habitantes dos Municípios de Curralinho, Chaves, Afuá e Melgaço no arquipélago do Marajó, Estado do Pará.

Nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para ouvirmos, na forma do artigo 256 do citado Regimento, o prefeito de Curralinho, Leo Arruda, o prefeito de Chaves, Solange Lobato, Prefeito de Afuá, Eliudo Pinheiro, Prefeito de Melgaço, Adiel Moura, quanto a situação de extrema pobreza.

JUSTIFICAÇÃO

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dado utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para analisar a qualidade de vida de uma determinada população. Os critérios utilizados para calcular o IDH são:

- **Grau de escolaridade**: média de anos de estudo da população adulta e expectativa de vida escolar, ou tempo que uma criança ficará matriculada;
- Renda: Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, baseada na paridade de poder de compra dos habitantes. Esse item tinha por base o PIB (Produto Interno Bruto) per capita, no entanto, a partir de 2010, ele foi substituído pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita, que avalia praticamente os mesmos aspectos que o PIB, no entanto, a RNB também considera os recursos financeiros oriundos do exterior:
- Nível de saúde: baseia-se na expectativa de vida da população, reflete as condições de saúde e dos serviços desaneamento ambiental.

O Índice de Desenvolvimento Humano varia de 0 a 1, quanto mais se aproxima de 1, maior o IDH de um local.

De acordo com dados divulgados em novembro de 2010 pela ONU, o Brasil apresenta IDH de 0,699, valor considerado alto, e atualmente ocupa o 73° lugar no ranking mundial. A cada ano o país tem conseguido elevar o seu IDH, fatores como aumento da expectativa de vida da população e taxa de alfabetização estão diretamente associados a esse progresso.

No entanto, existem grandes disparidades sociais e econômicas no Brasil. As diferenças socioeconômicas entre os estados brasileiros são tão grandes que o país apresenta realidades distintas em seu território, o que torna irônica classificar o país com alto Índice de Desenvolvimento Humano.

Analisando o ranking, as diferenças socioeconômicas no país ficam evidentes, sendo as regiões Sul e Sudeste as que possuem melhores Índices de Desenvolvimento Humano, enquanto o Nordeste possui as piores posições. Nesse sentido, torna-se necessária a realização de políticas públicas para minimizar as diferenças sociais existentes na nação brasileira.

Os índices divulgados pelo Atlas do desenvolvimento Humano no Brasil 2013, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) mostram que a metade da população do maior arquipélago fluvio- marítimo do mundo vive em situação de completo abandono por parte do estado brasileiro. O resultado do índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) colocou oito dos 16 municipios marajoara como os piores do Brasil sendo Melgaço o pior deles, com 0,418 em uma escala de 0 a 10.

Além de melgaço, os piores resultados do Marajó foram: Chaves (453), Bagre (471), Anajás (484), Afuá (489), Curralinho (502) e Breves (503). Estes estão na lista dos 50 piores resultados por município do Brasil.

Desde 2006, o governo federal se comprometeu em investir R\$ 2 bilhões em um plano que envolveria desde ações estruturais, como serviços básicos (saneamento, saúde e educação), até " diretrizes e ações governamentais para a implementação de um modelo de desenvolvimento construído em parceria com a sociedade local, capaz de mudar a face de atraso e pobreza em que se encontra a região" mas até agora quase nada foi feito pela região e os moradores continuam vivendo em estrema pobreza. Nesse sentido, solicito apoio dos nobres colegas para a aprovação desse requerimento.

Sala da Comissão, de novembro de 2013.

Deputado Zequinha Marinho